



# Câmara Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

## REQUERIMENTO Nº 76/2025

APROVADO EM ÚNICA DISCUSSÃO  
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO BELO

Exmo. Sr.

Luciano Ázara Resende de Alvarenga

DD Presidente da Câmara Municipal

Nesta

EM 06 / 10 / 25

PRESIDENTE

Os vereadores que a este subscrevem, com fulcro no artigo 137, I do Regimento Interno desta Casa, e no art. 31 da Constituição Federal, que assegura o poder-dever de fiscalização do Legislativo sobre os atos do Executivo, após deliberação do plenário, requer a V.Exa., que seja encaminhado para o **DD Prefeito Municipal, e à Senhora Secretária Municipal de Saúde** o presente pedido de informações, em razão da recente publicação feita pela Prefeitura de Campo Belo acerca do “Balanço de Consultas e Exames” na Atenção Secundária, referente ao período de janeiro a agosto de 2025, pelos fatos e fundamentos a seguir expostos:

De acordo com os dados divulgados, houveram 20.834 consultas “especializadas” agendadas, com 3.695 pacientes faltosos, além de 13.605 exames e procedimentos agendados, com 1.618 faltosos.

Na legenda da publicação, a Secretaria atribui às faltas de pacientes o aumento nas filas, o desperdício de recursos e a perda de eficiência da rede.

Diante disso, e considerando que a população de Campo Belo convive com longas esperas por atendimento, óbitos de cidadãos ainda em fila e inúmeros casos de pacientes que recorreram ao setor privado, endividando-se para realizar exames e consultas não atendidos pelo SUS, REQUER, em caráter incisivo e fiscalizador, as seguintes informações e comprovações documentais:

1. Listagem identificada por CNS (Cartão Nacional de Saúde) de todos os pacientes classificados como “faltosos” nas consultas especializadas e exames, com indicação da especialidade/procedimento, data agendada e unidade de atendimento.
2. Comprovantes de agendamento (registro no sistema utilizado) de todas as consultas e exames contabilizados.



# Câmara Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

3. Critérios de contabilização de faltas: quais mecanismos foram utilizados para definir que o paciente faltou? Houve confirmação prévia, contato telefônico, registro de cancelamento ou tentativa de reagendamento?
4. Dados comparativos: quantos dos pacientes considerados “faltosos” estavam em fila de espera há mais de 6 meses ou até mesmo anos?
5. Pacientes em óbito: quantos cidadãos, já falecidos, ainda constaram como “faltosos” nos relatórios?
6. Pacientes que buscaram a rede particular: a Secretaria possui levantamento ou registro de quantos abandonaram a fila por necessidade de realizar o exame/consulta pagando do próprio bolso?
7. Tempo médio de espera para cada especialidade e exame ofertado, no mesmo período divulgado.
8. Valores investidos: quanto efetivamente foi gasto pelo Município no custeio dessas consultas e exames?
9. Controle e auditoria: o Conselho Municipal de Saúde foi consultado ou acompanhou a validação desses números?
10. Sistema de registro: qual sistema oficial foi utilizado para consolidação dos dados (SISREG, sistema próprio ou outro)? Há relatórios técnicos que possam ser encaminhados a esta Casa?
11. Sobre os faltosos: dentre os 3.695 pacientes de consultas especializadas e os 1.618 pacientes de exames e procedimentos que não compareceram, quantos foram efetivamente reagendados pela Secretaria? Em caso de não reagendamento, quantos pacientes foram encaixados em substituição às vagas liberadas pelas faltas?

Contamos com a aprovação em plenário, bem como com a imediata remessa deste expediente à autoridade mencionada, para que a resposta seja apresentada dentro do prazo legal, qual seja, 15 dias.

Sala das Sessões, 06 de outubro de 2025.



# Câmara Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

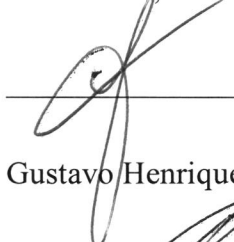
## Justificativa:

A divulgação de balanços pela Prefeitura não pode se restringir a peças publicitárias, devendo ser acompanhada de provas documentais e auditáveis que atestem a veracidade dos números apresentados.

Atribuir às “faltas de pacientes” a responsabilidade pelas filas intermináveis e pela ineficiência da rede é uma narrativa que precisa ser confrontada com dados oficiais. É sabido que muitos cidadãos aguardam por anos, alguns falecem antes de serem atendidos, e outros são obrigados a pagar caro na rede privada para conseguir o exame que o SUS deveria garantir.

Dessa forma, é dever do Poder Legislativo exigir clareza e transparência na gestão da saúde pública, para que se evite que relatórios oficiais sejam utilizados como peças de propaganda e não como instrumentos de controle social.

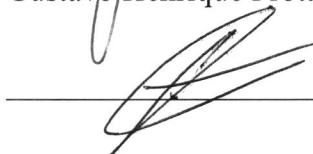
Vereadores,



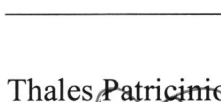
Gustavo Henrique Protásio Martins



Bruna Lorrane Silva Cardoso




Thomas de Paula Cambraia



Thales Patricinio Camilo



Luis Liberio dos Santos



Maruzan Cardoso Vilela

Wilson Pimenta de Oliveira



Ana Carla Cardoso da Silva Maia

